

**TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA, MOINHO TALITA LTDA, KLEBER LUIS
PRIAMO & CIA LTDA E MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA.**

PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO



ÍNDICE

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS	4
HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL	7
HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	10



PARECER HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

Recuperação Judicial: Talita Indústria de Farinhas Ltda, Moinho Talita Ltda, Kleber Luis Priamo & Cia Ltda e Maiko Kleverson Priamo & Cia Ltda.

Processo: 0001202-48.2022.8.16.0154

Juízo: Vara Cível de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

Aprioristicamente, cumpre informar que segue em anexo a **Relação Nominal de Credores da AJ-Art. 7º §2º da Lei 11.101/2005**, contemplando a relação sintética de credores e seus respectivos créditos apurados por esta Administradora Judicial na fase administrativa de verificação dos créditos. Ainda, segue pormenorizadamente no **Relatório da Fase Administrativa** anexo, a descrição individualizada de cada crédito, seus respectivos valores e o resultado das análises realizadas. Por fim, no presente **Parecer Habilitações e Divergências de Crédito**, seguem, na íntegra, **as análises realizadas por esta Administradora Judicial, das habilitações e/ou divergências apresentadas nos moldes previstos pelo artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005.**

Em tempo, cumpre salientar que o “EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDITORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º, DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA (CNPJ nº 08.594.791/0001-37), MOINHO TALITA LTDA. (CNPJ Nº 21.566.375/0001-93), MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA. (CNPJ Nº 16.646.541/0001-21) E KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA. (CNPJ Nº 16.646.578/0001-50)” fora devidamente publicado no **Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, na Edição nº 3265, com data de publicação em 16/08/2022 (veiculado em 15/08/2022).**

Assim sendo, em data de **01/09/2022** decorreu o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, para os credores apresentarem à Administradora Judicial suas habilitações ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados.

Imperioso mencionar que houve apresentação de habilitações/divergências de crédito, pelos seguintes credores, em consonância ao prazo previsto no artigo 7º, §1º, da Lei 11.101/2005: **Classe I - Megasult Consultores Associados LTDA. Classe II - Banco J. Safra S.A; Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. CLASSE III - Aymore Crédito Financiamento e Investimento S.A., Banco Bradesco S.A, Banco Daycoval, Banco do Brasil, , Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Volvo (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Cotriguaçu Cooperativa Central, Embrasatec Indústria e Comércio de Embalagens LTDA, Itaú Unibanco S.A., Procópio Indústria E Comércio LTDA (em Recuperação Judicial), Valgroup Mg Industria de Embalagens Flexíveis LTDA e Vetquímica Comercial Agrícola LTDA.**

Ante o exposto, esta Administradora Judicial entende pertinente tecer as seguintes considerações acerca das habilitações/divergências apresentadas pelos credores supramencionados.

1

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE I – CRÉDITOS TRABALHISTAS



1.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - MEGASULT CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 78.769,82	R\$ 78.769,82	R\$ 78.769,82

O Credor Megasult Consultores Associados LTDA apresentou concordância com o crédito indicado pela Recuperanda a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade de **R\$ 78.769,82 (setenta e oito mil setecentos sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos)**.

Em análise da documentação apresentada pelo credor e pelo Grupo Recuperando, esta Administradora Judicial constatou a veracidade e autenticidade da transação comercial pactuada pelas partes.

Destarte, por tratar-se de honorário contábil, é translúcida sua equiparação com os créditos trabalhistas para fins de habilitação de créditos na Recuperação Judicial, em consonância ao entendimento do STJ, a saber:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. SOCIEDADE SIMPLES. VALORES REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E AFINS. VERBA DE NATUREZA ANÁLOGA A SALÁRIOS. TRATAMENTO UNIFORME EM PROCESSOS DE SOERGUMENTO. 1. Impugnação à relação de credores protocolizada em 17/2/2017. Recurso especial interposto em 22/7/2019. Autos conclusos à Relatora em 13/12/2019. 2. O propósito recursal, além de verificar se houve negativa de prestação jurisdicional, é definir se créditos decorrentes da prestação de serviços contábeis e afins podem ser equiparados aos trabalhistas para efeitos de sujeição ao processo de recuperação judicial da devedora. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões deduzidas pelas partes, não há que se cogitar de negativa de prestação jurisdicional, ainda que o resultado do julgamento contrarie os interesses da recorrente. **4. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar.** 5. Esse entendimento não é obstado pelo fato de o titular do crédito ser uma sociedade de contadores, porquanto, mesmo nessa hipótese, a natureza alimentar da verba não é modificada. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.¹ (Destacamos)

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente

¹ (STJ - REsp: 1851770 SC 2019/0362674-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 18/02/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/02/2020)

MANTIDO, no importe de R\$ R\$ 78.769,82 (setenta e oito mil setecentos sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos), na Classe I – Créditos Trabalhistas.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8MY N9HGU 6GTXP 98U5D



2

HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS CLASSE II – CRÉDITOS COM GARANTIA REAL



2.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO J. SAFRA S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 5.645.439,60	R\$ 0	R\$ 2.725.039,50

O Credor Banco J. Safra S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade da relação de credores, indicado pela Recuperanda *a priori*, em razão de todo o importe e se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias por alienação fiduciária de bens móveis vinculadas aos contratos firmados entre as partes que dão origem aos créditos.

Em seu petitório, o credor apresentou 14 (quatorze) contratos com garantia de alienação fiduciária, quais sejam, contrato nº 7074272, nº 7074273, nº 7074274, nº 7074275, nº 7074278, nº 7074279, nº 7074280, nº 7074290, nº 7074291, nº 7074301, nº 7074306, nº 7074307, nº 7074308 e nº 7074309.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE **CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA.** COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários.** 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial²”.

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos**

2 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.



creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação³”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na data do pedido de recuperação judicial e de garantias fiduciária em relação aos 11 (onze) contratos apresentados pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO EM 21/07/2022	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
7074272	264.829,47	177.486,00
7074273	264.829,47	177.486,00
7074274	264.829,47	177.486,00
7074275	264.829,47	177.486,00
7074278	264.829,47	177.486,00
7074279	264.829,47	177.486,00
7074280	865.426,12	580.000,00
7074290	865.189,70	580.000,00
7074291	745.853,21	500.000,00
7074301	864.757,30	580.000,00
7074306	745.480,45	500.000,00
7074307	864.757,30	580.000,00
7074308	864.757,30	580.000,00
7074309	864.757,30	580.000,00
Valor Total	8.269.955,50	5.544.916,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão parcial dos valores, tendo em vista que as garantias fiduciárias não abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários, razão pela qual entende-se que deve ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, os seguintes valores referentes a cada contrato bancário:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
7074272	87.343,47
7074273	87.343,47
7074274	87.343,47
7074275	87.343,47
7074278	87.343,47
7074279	87.343,47

3 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

7074280	285.426,12
7074290	285.189,70
7074291	245.853,21
7074301	284.757,30
7074306	245.480,45
7074307	284.757,30
7074308	284.757,30
7074309	284.757,30
Valor Total	2.725.039,50

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios exibido pelo Credor e os documentos encaminhados pelas Recuperandas, bem como que os créditos estão devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial, em consonância ao art. 9º, II, da Lei 11.101/2005, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo o crédito de sua titularidade habilitado no montante **R\$ 2.725.039,50 (dois milhões setecentos e vinte e cinco mil trinta e nove reais e cinquenta centavos)**, na **Classe III - Créditos Quirografários**.

2.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.457.620,99	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade da relação de credores, indicados pela Recuperanda a priori, em razão de todo o importe se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias por alienação fiduciária de bens móveis vinculadas aos contratos firmados entre as partes que dão origem aos créditos.

Em seu petitório, o credor apresentou 8 (oito) contratos com garantia de alienação fiduciária, quais sejam, contrato nº 1590251181, nº 1590250877, nº 1590250842, nº 1590250303, nº 1590221320, nº 1590221290, nº 1590221281 e nº 1590217560.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**



Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial⁴”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação⁵”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes e de garantias fiduciária em relação aos 8 (oito) contratos apresentados pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
1590251181	188.998,68	231.250,00
1590250877	192.115,49	228.000,00
1590250842	352.652,53	435.000,00
1590250303	352.652,53	435.000,00
1590221320	133.583,08	193.106,00
1590221290	133.552,30	193.106,00
1590221281	277.785,57	415.000,00
1590217560	277.785,57	415.000,00
Valor Total	1.909.125,75	2.545.462,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

4 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
5 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor e os documentos, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo a integralidade de seus créditos excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8MY N9HGU 6GTXP 98U5D



3

**HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS
CLASSE III – CRÉDITOS
QUIROGRAFÁRIOS**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: P48MY N9HGU 6GTXP 98U5D

3.1 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 0	R\$ 55.801,85	R\$ 54.078,04

A Credora Aymore Crédito Financiamento e Investimento S.A apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação dos créditos habilitados em favor de terceiro para sua titularidade na relação de credores.

A Credora apresentou a esta Administradora Judicial documentos que comprovam que o crédito indicado pela Recuperanda na linha 79 da relação de credores (mov. 8.1), é de sua titularidade e não do Banco Santander (Brasil) S.A, como ali constava, sendo certo que o crédito está vinculado ao contrato nº 20031457398.

Pois bem.

Em um primeiro momento, para além da adequação ao titular do crédito, a Credora pretendia a exclusão integral do montante em razão do contrato celebrado estar vinculado a garantias fiduciárias, na forma do art. 49, §3 da LREF, entretanto, após solicitação desta AJ para que apresentasse instrumento solene que comprovasse tal condição, na forma do art. 9, IV da LREF, a credora em comento informou que não estava na posse de tais documentos e decidiu por manter apenas o petitório de retificação do titular do crédito, conforme infra:

ES

Ellen Stella <ellen@ramaadvogados.com.br>

advogado4; daiane; Marcio Marques; habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br; mirian.ribeiro@ramaadvogados.com.br; + 1

RES: DIVERGÊNCIA RJ // TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA // BANCO SANTANDER BRASIL S/A- DOCUMENTOS 3/3

Cc: daiane; Marcio Marques; habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br; mirian.ribeiro@ramaadvogados.com.br; sarah.barbosa@ramaadvogados.com.br

Você respondeu esta mensagem em 11/10/2022 16:51.

Enviada em: quinta-feira, 6 de outubro de 2022 17:47

Para: advogado4 <advogado4@marquesadmjudicial.com.br>

Cc: mirian.ribeiro@ramaadvogados.com.br; daiane <daiane@marquesadmjudicial.com.br>; Marcio Marques <marcio@marquesadmjudicial.com.br>

Assunto: RES: DIVERGÊNCIA RJ // TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA // BANCO SANTANDER BRASIL S/A- DOCUMENTOS 3/3

Dr. Wellington,

Em anexo a Divergência retificada para excluir a expressão "veículo".
Os bens alienados são de fato os equipamentos destinados à energia solar. E cujo crédito efetivamente foi concedido pela Aymoré. Não há cessão entre a financeira e o banco. São empresas do mesmo conglomerado, mas distintas em seus ramos de atuação.
O Banco Santander não tem este tipo de financiamento.
No entanto, não há documentação adicional e disponível a ser fornecida.

Assim, por gentileza, peço que apenas retifiquem o nome do credor para o referido crédito para que conste o nome do real fornecedor do crédito, Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Grata;

Ellen Stella
OAB/RS 72.690 | OAB/SC 41.969
Recuperação de Crédito | Carteiras Especiais

Ademais, tem-se que a credora é de fato a titular do montante, todavia, não obstante a solicitação desta AJ para que a mesma apresentasse planilha de débitos na foram do art. 9, II da LREF, tempestivamente, a mesma ficou-se inerte, sendo que em análise do instrumento contratual e dos demais documentos, apurou-se a de R\$ 54.078,04 (cinquenta e quatro mil setenta e oito reais e quatro centavos) na data do pedido de Recuperação Judicial.

14

MARQUES
administração judicial

Sendo, após análise minuciosa da documentação comprobatória, esta Administradora Judicial conclui pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da Divergência apresentada pela Credora, sendo habilitado o valor de seu crédito na relação de credores para o importe de **R\$ 54.078,04 (cinquenta e quatro mil setenta e oito reais e quatro centavos), na Classe III - Créditos Quirografários.**

3.2 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO BRADESCO S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 7.481.287,25	R\$ 2.127.912,06	R\$ 2.127.912,06

O Credor Banco Bradesco S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação/minoração do valor de sua titularidade para **R\$ 2.127.912,06 (dois milhões cento e vinte e sete mil novecentos e doze reais e seis centavos).**

O petitório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias por alienações fiduciárias de bem móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou 6 (seis) contratos com garantia de alienação fiduciária, quais sejam, contrato nº 6110566, nº 6110584, nº 2908940215, nº 2909352244, nº 2909352295 e nº 2909354620.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA

DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial⁶”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação⁷”.

Dito isso, não obstante esta AJ tenha diligenciado diretamente ao credor solicitando a apresentação de cálculo com a respectiva atualização até a data do pedido de Recuperação Judicial que possibilita-se a pretendida análise, houve negativa por parte do mesmo em fornecer tais informações a esta AJ, consoante e-mail infra:

DP Darnlei Pagno <darnlei.pagno@continiadogados.com.br> advogado4; claudia.cargnino@continiadogados.adv.br; habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br
RES: DIVERGÊNCIA BANCO BRADESCO - RJ GRUPO TALITA
Cc claudia.cargnino@continiadogados.adv.br; habilitacaoedivergencia@marquesadmjudicial.com.br
Você respondeu esta mensagem em 11/10/2022 14:33.

Prezados, bom dia!

Quanto aos cálculos solicitados referem-se as operações não sujeitas, **motivo pelo qual não foram enviados os demonstrativos.**

Nos filiamos ao entendimento de que eventual saldo não coberto pelas garantias deverá ser apurado após a alienação/apreensão do bem, conforme jurisprudência pacificada do TJSP:

“Recuperação judicial - Decisão que rejeitou impugnação de crédito apresentada pela recuperanda - Inconformismo da recuperanda - Acolhimento em parte - **Saldo do crédito não satisfeito após a retomada e alienação do bem objeto de arrendamento mercantil que apresenta natureza de crédito quirografário e deve ser habilitado na recuperação judicial** - Enunciado nº 51, da I Jornada de Direito Comercial - Reconhecimento da natureza extraconcursal das despesas processuais e demais gastos despendidos pela credora após o deferimento do pedido de recuperação judicial - Decisão reformada em parte - Recurso provido em parte.” (TJSP; Agravo de Instrumento 2209834-48.2019.8.26.0000; Relator (a): Grava Brazil; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Guarulhos - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/12/2019; Data de Registro: 17/12/2019) (grifamos)

“Cerceamento de direito. Inocorrência. **Pretensão de exame pericial nos maquinários para avaliar o seu valor atual. Descabimento. Qualquer conclusão, neste momento, acerca do alcance da garantia fiduciária, será prematura. Verificação sobre eventual saldo não coberto pela garantia que só deve ocorrer após a consolidação da propriedade em favor do credor fiduciário, que, até então, continua titular de tal posição.** Recuperação Judicial. Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre bens móveis (máquinas). Garantia regularmente constituída. Cédulas de Crédito Bancário emitidas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio da devedora antes da distribuição da recuperação. Existência de perfeita descrição dos bens cedidos fiduciariamente. Aplicação do § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/2005. Improcedência mantida, diante da inegável natureza extraconcursal do crédito. Recurso desprovido.” (TJSP; Agravo de Instrumento 2111238-29.2019.8.26.0000; Relator (a): Araldo Telles; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Espírito Santo do Pinhal - 1ª Vara; Data do Julgamento: 31/05/2020; Data de Registro: 31/05/2020) (grifamos)

Assim, eventual saldo remanescente (se houver) será posteriormente habilitado, eis que qualquer análise nesse momento será prematura.

Permaneço a disposição para prestar os auxílios necessários.

Atenciosamente,

Todavia, nada obstante o credor não tenha apresentado planilha de crédito com os valores remanescentes a serem adimplidos na data do pedido de Recuperação Judicial, esta AJ baseou suas análises nos valores indicados pela Recuperanda (mov. 8.1) dos referidos contratos, extraindo ainda o valor das garantias do contido no próprio instrumento pactuado pelas partes, cenário o qual extrai-se os seguintes valores remanescentes e de garantias fiduciárias em relação aos 8 (oito) contratos apresentados pela instituição financeira credora, a saber:

6 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
7 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
6110566	3.660.000,00	3.660.000,00
6110584	1.035.000,00	1.035.000,00
2908940215	83.824,31	196.106,00
2909352244	274.601,00	435.000,00
2909352295	274.514,24	435.000,00
2909354620	145.856,74	228.750,00
Valor Total	5.473.796,29	5.989.856,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 2 (dois) contratos, quais sejam, cédula de produto rural com liquidação financeira nº 2022/3536/006 e cédula de crédito bancário cheque flex pessoa jurídica nº 32411294.

Pois bem.

Em relação a cédula de produto rural com liquidação financeira nº 2022/3536/006, tem-se que o pedido comporta procedência integral, eis que a transação comercial foi regularmente pactuada pelas partes e o montante vinculado ao contrato está devidamente atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial (21/07/2022), perfazendo o importe de R\$ 2.094.996,00 (dois milhões noventa e quatro mil novecentos e noventa e seis reais), a ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

No mesmo sentido, sabe-se que a cédula de crédito bancário cheque flex pessoa jurídica nº 32411294, restou regularmente formalizada e também comporta provimento integral, perfazendo o importe de R\$ 32.916,06 (trinta e dois mil novecentos e dezesseis reais e seis centavos), na data do pedido de Recuperação Judicial (21/07/2022), consoante planilha de cálculos apresentada pelo credor.

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor e os documentos, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e o remanescente de **R\$ 2.127.912,06 (dois milhões cento e vinte e sete mil e novecentos e doze reais e seis centavos)**, habilitados na **Classe III - Créditos Quirografários**.

3.3 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO DAYCOVAL S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 116.324,64	R\$ 143.382,74	R\$ 143.382,74

O Credor Banco Daycoval S.A. Apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação/majoração do valor de sua titularidade para **R\$ 143.382,74 (cento e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos)**, a ser mantido na Classe III – Créditos Quirografários.

Em síntese o Credor aduz que o valor do seu crédito referente a Cédula de Crédito Bancário nº 91841-7, indicada pela Recuperanda, devidamente atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial, perfaz montante superior, conforme planilha de créditos apresentada anexa ao petitório, motivo pelo qual ao sentir desta AJ trata-se de hipótese de procedência integral do pedido de divergência do credor.

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo retificado/majorado o valor de crédito na relação de credores para o importe de **R\$ 143.382,74 (cento e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos)**, na Classe III - Créditos Quirografários.

3.4 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – BANCO DO BRASIL S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 15.079.652,99	R\$ 4.439.779,19	R\$ 4.439.779,19

O Credor Banco do Brasil S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação/minoração do valor de sua titularidade para **R\$ 4.439.779,19 (quatro milhões quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e nove reais e dezenove centavos)**.

O petitório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias de alienações fiduciárias de bem móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.



Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou 6 (seis) contratos com garantias fiduciárias, quais sejam, contrato nº 080519715, nº 080520570, nº 080520564, nº 40/05246, nº 40/04944-2, nº 080520567.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial⁸”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação⁹”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes contratuais e de garantias fiduciárias em relação aos 6 (seis) contratos apresentados pela instituição financeira credora, e das planilhas de crédito dos referidos contratos, extraindo ainda o valor das garantias do contido no próprio instrumento pactuado pelas partes, a saber:

8 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
9 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
080519715	2.467.753,09	2.467.753,09
080520570	3.323.956,36	3.323.956,36
080520654	3.264.313,01	3.264.313,01
40/05246	17.739,36	123.200,00
40/04944-2	109.514,61	179.760,00
080520567	2.025.679,12	2.025.679,12
Valor Total	11.208.955,55	11.384.661,58

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

Destarte, em análise dos instrumentos contratuais celebrado pelas partes nº 080519715, nº 080520570, nº 080520654 e nº 080520567, tem-se que a garantia fiduciária vinculada àqueles negócios jurídicos se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não esta sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se dá em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3 da LREF¹⁰.

Explica-se.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor a priori em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o MM. Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa. A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário,**

¹⁰ Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)



mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.
[...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.¹¹

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 7 (sete) contratos, quais sejam, instrumento contratual nº 40/07877-9, nº 40/07983-X, nº 17407 (cheque), nº 17407 (tarifas), nº 080520035, nº 29537 (cheque), nº 29537 (Tarifas), todos devidamente instruídos com cálculos limitados até a data do pedido de recuperação judicial (21/07/2022).

Destarte, para além da concursabilidade, fora elucidado na divergência que, os contratos nº 40/07877-9, nº 40/07983-X e nº 080520035, possuem garantia real, motivo pelo qual devem ser habilitados na respectiva classe (classe II – Créditos com Garantia Real).

Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA REAL	VALOR DO CONTRATO EM 21/07/2022
40/07877-9	5.714.290,00	1.777.843,73
40/07983-X	2.577.581,50	1.007.119,96
17407 (cheque especial)	-	37.622,78
17407 (tarifas)	-	922,00
080520035	4.286.100,00	1.567.813,23
29537 (cheque especial)	-	47.126,76
29537 (Tarifas)	-	1.330,73
Valor Total	-	4.439.779,19

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursabilidade, e o remanescente de **R\$ 4.439.779,19 (quatro milhões quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e nove reais e dezenove centavos)** habilitados na relação de credores, sendo **R\$ 4.352.776,92 (quatro milhões trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e**

¹¹ SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência.: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.

setenta e seis reais e noventa e dois centavos) na classe II-Créditos com Garantia Real, e R\$ 87.002,27 (oitenta e sete mil dois reais e vinte e sete centavos) na Classe III - Créditos Quirografários.

3.5 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 4.097.969,60	R\$ 2.196.188,05	R\$ 2.196.188,05

O Credor Banco Santander (BRASIL) S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação/minoração do valor de sua titularidade para R\$ 2.196.188,05 (dois milhões cento e noventa e seis mil cento e oitenta e oito reais e cinco centavos).

O petitório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias por alienações fiduciárias de bem móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou 2 (dois) contratos com garantia de alienação fiduciária, quais sejam, contrato nº 199700300460 (0199700300460017434) - cédula bancária de produto rural com liquidação financeira e Cédula de Credito Bancário n. 00331997860000000210 (1997000000210860168), na modalidade de Financiamento de veículos.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA

DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. **SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.** 1. (...). **Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários.** 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial¹²”.

“Impugnação de crédito. **Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios.** Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. **Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia.** Recurso provido, com observação¹³”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na **data do pedido de recuperação judicial** e de garantias fiduciária em relação aos ao contrato apresentado pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO EM 21/07/2022	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
199700300460	1.785.716,29	1.680.000,00
331997860000000210	1.628.219,88	1.165.968,00
Valor Total	3.413.936,17	2.845.968,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial, em sintonia ao pedido do credor, entende pela exclusão parcial dos valores, tendo em vista que as garantias fiduciárias não abrangem a integralidade do importe remanescente do contrato bancário, razão pela qual entende-se que deve ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários, os seguintes valores referente ao referido contrato bancário:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
199700300460	105.716,29
331997860000000210	462.251,88
Valor Total	567.968,17

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 1 (um) contrato, qual seja, Cédula de crédito bancário nº 00331997300000000580(00331997300000000580302029BRL) Capital de Giro PEAC FGI, devidamente

12 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
13 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial, no importe de R\$ 1.628.219,88 (um milhão seiscientos e vinte e oito mil duzentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

Pois bem.

Pertinente ao referido contrato de Capital de Giro PEAC FGI, tem-se que o pedido comporta procedência integral, eis que a transação comercial foi regularmente pactuada pelas partes e o montante vinculado ao contrato está devidamente atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial (21/07/2022), perfazendo o importe de R\$ 1.628.219,88 (um milhão seiscientos e vinte e oito mil duzentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos), a ser habilitado na Classe III – Créditos Quirografários.

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor e os documentos, esta **Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e o remanescente de **R\$ 2.196.188,05 (dois milhões cento e noventa e seis mil cento e oitenta e oito reais e cinco centavos)**, habilitados na **Classe III - Créditos Quirografários**.

3.6 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - BANCO VOLVO (BRASIL) S.A.

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 292.159,79	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Banco Volvo (Brasil) S.A. apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade da relação de credores, indicado pela Recuperanda *a priori*, em razão de todo o importe e se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias por alienação fiduciária de bens móveis vinculadas ao contrato firmado entre as partes que deu origem aos créditos.

Em seu petitório, o credor apresentou 1 (um) contrato com garantia de alienação fiduciária, qual seja, Cédula de Crédito Bancário: Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária Pré-Fixado, nº 818876.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**



Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial¹⁴”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/ SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação¹⁵”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes na data do pedido de recuperação judicial e de garantias fiduciária em relação ao contrato apresentados pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
818876	327.911,51	490.000,00
Valor Total	327.911,51	490.000,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente do contrato bancário.

Desta feita, considerando os documentos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo a integralidade de seus créditos excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade.

14 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
15 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.



3.7 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 1.868.423,26	R\$ 0	R\$ 0

O Credor Caixa Econômica apresentou diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a exclusão integral dos créditos de sua titularidade da relação de credores, indicado pelas Recuperandas *a priori*, em razão de todo o importe se tratar de crédito extraconcursal, tendo em vista as garantias de cessão fiduciária de direitos creditórios vinculadas ao contrato firmado entre as partes que deu origem aos créditos.

Em seu petitório, o credor apresentou 1 (um) contrato com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios, qual seja, contrato nº 14.4317.737.0000042.

No que tange ao contrato supramencionado, alegado pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuir garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial¹⁶”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não

coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação¹⁷.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes e de garantias fiduciária em relação ao contrato apresentado pela instituição financeira credora:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
14.4317.737.0000042	2.028.025,61	2.028.025,61
Valor Total	2.028.025,61	2.028.025,61

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

Destarte, em análise do instrumento contratual celebrado pelas partes, tem-se que a garantia fiduciária vinculada ao negócio jurídico se refere a cessão de direitos creditórios, a qual, não obstante se diferenciar da alienação fiduciária convencional, possui a mesma finalidade, e de igual forma não esta sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, tendo em vista que a condição que estabelece a extraconcursalidade desse tipo de garantia se da em razão da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel, conforme previsto no art. 49, §3 da LREF¹⁸.

Explica-se.

A cessão fiduciária de direitos creditórios se caracteriza pela transferência de títulos de crédito (performados ou não) do detentor a priori em favor de uma instituição financeira, momento o qual, àquele primeiro tem acesso ao crédito adiantado pelo segundo, sendo que doravante, o último citado torna-se titular dos direitos creditórios na condição de proprietário fiduciário destes bens cedidos.

Em relação a (extra)concursalidade do montante vinculado a este tipo de garantia, o MM. Doutrinador Marcelo Sacramone exara as seguintes considerações:

Dentro do gênero negócio fiduciário, duas espécies podem ser apontadas. A alienação fiduciária em garantia e a cessão fiduciária em garantia. Ambos os tipos de propriedade fiduciária estão excluídos da recuperação judicial, visto que o art. 49, § 3º, exclui da submissão à recuperação judicial a propriedade fiduciária e não a restringe quanto ao tipo de negócio jurídico fiduciário que lhe deu causa. A alienação fiduciária em garantia consiste na transmissão da propriedade

17 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

18 Art. 49.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (Destacamos)

de coisa material ao credor, pelo devedor, com escopo de garantia. **A cessão fiduciária, por seu turno, também é espécie de negócio fiduciário, mas o cedente transfere ao cessionário a titularidade de direitos ou títulos de crédito com a finalidade de garantir a satisfação de uma dívida.** [...]

Nos termos do art. 49, § 3º, o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis manterá os direitos de propriedade sobre a coisa, de forma que poderá retomá-la, diante do inadimplemento, **não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial do devedor. Pelo dispositivo legal, tutela-se o direito de propriedade do referido credor.** Seu crédito não se sujeita à recuperação judicial, entretanto, apenas pelo bem que lhe foi transferido fiduciariamente em garantia, o qual deve ser liquidado pelo credor para amortizar o valor de seu crédito.¹⁹

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor e os documentos apresentados pelas Recuperandas, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo a integralidade de seus créditos excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade.

3.8 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - COTRIGUAÇU COOPERATIVA CENTRAL

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 3.218.720,34	R\$ 3.381.813,60	R\$ 3.381.813,60

O Credor Cotriguaçu Cooperativa Central apresentou a esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 3.381.813,60 (três milhões trezentos e oitenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos).**

Tal valor pleiteado pelo Credor advém de um contrato de compra e venda e seu respectivo aditivo, ambos pactuados entre as partes de compra e venda de equipamentos.

Em síntese o Credor aduz que os valores indicados pelas Recuperandas nos autos não refletem a realidade do valor realmente devido, pois o contrato foi adimplido tão somente até a data de 15/06/22.

Pois bem.

Analisando as informações disponibilizadas, tem-se que a controvérsia repousa sobre quais parcelas do instrumento pactuado foram (in)adimplidas pelo Grupo Recuperando, motivo pelo qual está AJ diligenciou junto àquele para verificar a situação do referido instrumento particular, solicitando os respectivos comprovantes de pagamento que haviam sido devidamente realizados.

Após o envio de tais informações e documentos, confirmou-se que assiste razão o credor em

¹⁹ SACRAMONE, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622531/>. Acesso em: 14 out. 2022.



sua divergência de crédito, pois veja-se que, em análise do instrumento pactuado entre as partes, tem-se que seu valor originário é indicado no montante de **R\$ 4.081.813,60 (quatro milhões oitenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos)**, sendo que o Grupo Recuperando, através de documentos contábeis, comprovou o pagamento do importe de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) da referida quantia, o qual indica através de um cálculo de subtração, o valor remanescente a adimplir de **R\$ 3.381.813,60 (três milhões trezentos e oitenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos)**.

Ao sentir desta AJ, a divergência dos valores apontados ocorreu em razão da NF nº 92713 lançada na contabilidade do Grupo Recuperando indicar a transação comercial no importe de **R\$ 3.905.178,36 (três milhões novecentos e cinco mil cento e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)**, enquanto o instrumento (e o aditivo) indicam o importe de **R\$ 4.081.813,60 (quatro milhões oitenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos)**, a saber:

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

COTRIGUACU COOPERATIVA CENTRAL
AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 3500
CENTRO - 85950-000
PALOTINA - PR Fone/Fax: 4436497750

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº. 000.092.713
Série 604
Folha 1/2

CHAVE DE ACESSO
4122 0477 1181 3100 0798 5500 1000 0927 1315 2677 1147
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA DE BEM DO ATIVO IMOBILIZADO

INSCRIÇÃO ESTADUAL
4140185723

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.
77.118.131/0007-98

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
141220093433848 - 22/04/2022 18:51:09

DESTINATÁRIO / REMETENTE

TALITA INDUSTRIA DE FARINHAS LTDA
CNPJ / CPF
08.594.791/0001-37
DATA DA EMISSÃO
22/04/2022

ENDEREÇO

R PROJETADA A, 02
BAIRRO / DISTRITO
INDUSTRIAL I
CEP
85710-000
DATA DA SAÍDA/ENTRADA
22/04/2022

MUNICÍPIO

SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
UF
PR
FONE / FAX
4635631844
INSCRIÇÃO ESTADUAL
9039336747
HORA DA SAÍDA/ENTRADA
18:50:00

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002	Num.	003	Num.	004	Num.	005	Num.	006	Num.	007
Venc.	25/04/2022	Venc.	15/05/2022	Venc.	14/06/2022	Venc.	15/07/2022	Venc.	15/08/2022	Venc.	15/09/2022	Venc.	15/10/2022
Valor	RS 660.000,00	Valor	RS 20.000,00	Valor	RS 20.000,00	Valor	RS 20.000,00	Valor	RS 20.000,00	Valor	RS 20.000,00	Valor	RS 100.000,00
Num.	008	Num.	009	Num.	010	Num.	011	Num.	012	Num.	013	Num.	014
Venc.	15/11/2022	Venc.	15/12/2022	Venc.	15/01/2023	Venc.	15/02/2023	Venc.	15/03/2023	Venc.	15/04/2023	Venc.	15/05/2023
Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36
Num.	015	Num.	016	Num.	017	Num.	018	Num.	019	Num.	020	Num.	021
Venc.	15/06/2023	Venc.	15/07/2023	Venc.	15/08/2023	Venc.	15/09/2023	Venc.	15/10/2023	Venc.	15/11/2023	Venc.	15/12/2023
Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 172.181,36	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00
Num.	022	Num.	023	Num.	024	Num.	025	Num.	026	Num.	027	Num.	028
Venc.	15/01/2024	Venc.	15/02/2024	Venc.	15/03/2024	Venc.	15/04/2024	Venc.	15/05/2024	Venc.	15/06/2024	Venc.	15/07/2024
Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00	Valor	RS 100.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	VALOR DO FCP	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.905.178,36
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.905.178,36

39	15/10/2024	RS 100.000,00	A VENCER
40	15/11/2024	RS 100.000,00	A VENCER
TOTAL =		4.081.813,60	

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. As partes ratificam as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Particular de Compra e Venda de Equipamentos, firmado em 02 de agosto de 2021, ora aditado. E assim, por estarem justas e contratadas assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Cascavel/PR, 17 de março de 2022

COTRIGUACU COOPERATIVA CENTRAL
VENDEDORA

TALITA INDUSTRIA DE FARINHAS LTDA
COMPRADOR

KLEYBER LUIS PRIAMO e DANIELA SILVANDRA STRAPAZZON PRIAMO
FIADORES

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pela Credora, sendo retificado o montante de titularidade do Credor para **R\$ 3.381.813,60 (três milhões trezentos e oitenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta centavos)**, na **Classe III Créditos Quirografários**.

3.9 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - EMBRASATEC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 110.724,30	R\$ 110.724,30	R\$ 110.724,30

O Credor Embrasatec Industria e Comércio de Embalagens LTDA apresentou concordância com o crédito indicado pelas Recuperandas a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade de **R\$ 110.724,30 (cento e dez mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)**.

Em análise da documentação apresentada pelo credor e pelo Grupo Recuperando, esta Administradora Judicial constatou a veracidade e autenticidade da transação comercial pactuada pelas partes.

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente MANTIDO**, no importe de R\$ 110.724,30 (cento e dez mil setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), na **Classe III – Créditos Quirografários**.

3.10 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - ITAÚ UNIBANCO S.A. & BANCO ITAÚCARD S.A

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 5.650.790,18	R\$ 1.586.766,21	R\$ 1.586.766,21

Os Credores Itaú Unibanco S.A. & Banco Itaúcard S.A, doravante simplesmente “Itaú” ou “Credor”, apresentaram diretamente à esta Administradora Judicial, Divergência de Crédito, ocasião em que requereu a retificação/minoração do valor de sua titularidade para **R\$ 1.586.766,21 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos)**, na Classe III – Créditos Quirografários, bem como pleiteou o reconhecimento de extraconcursalidade de uma parte do importe outrora arrolado na relação de credores das Recuperandas (mov. 8.1).

O petítório do credor repousa sobre dois pedidos, sendo o primeiro referente a exclusão integral de créditos vinculados a contratos com garantias por alienações fiduciárias de bem móveis, e o segundo referente a habilitação de créditos concursais devidamente atualizados até a data do



pedido de Recuperação Judicial.

Pois bem.

Pertinente ao montante extraconcursal, o credor apresentou 6 (seis) contratos com garantia de alienação fiduciária, quais sejam, contrato nº 208376525, nº 398460238, nº 95103891, nº 95277737, nº 233564715 e nº 233529718.

No que tange aos contratos supramencionados, alegados pelo Credor como de **natureza extraconcursal** por possuírem garantia de alienação fiduciária, cumpre tecer alguns esclarecimentos.

Aprioristicamente, embora, de fato, seja de natureza extraconcursal contratos garantidos por alienação fiduciária, conforme previsão do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial dispõe que **“o saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial.”**

Nesse sentido, é o entendimento do e. STJ e e. TJSP, conforme julgados recentes, respectivamente in verbis:

“CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DEVEDOR FIDUCIANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE PELO FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM. EXTINÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. VALOR ARRECADADO INSUFICIENTE PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA. SALDO DEVEDOR. NATUREZA QUIROGRAFÁRIA. SATISFAÇÃO DO REMANESCENTE DA DÍVIDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. (...). Eventual saldo devedor apresenta natureza de dívida pessoal, devendo ser habilitado na recuperação judicial ou falência na classe dos credores quirografários. 5. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial²⁰”.

“Impugnação de crédito. Credor com garantia fiduciária sobre direitos creditórios. Necessidade, como requisito formal da constituição da garantia fiduciária, de especificação do direito creditório, não dos títulos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.797.196/SP. Garantia, na hipótese, que não abrange 100% do crédito. Saldo não coberto pelo valor da garantia que é quirografário. Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal nesse sentido. Determinação de delimitação, na origem, do alcance da garantia. Recurso provido, com observação²¹”.

Neste sentido, tem-se os seguintes valores remanescentes e de garantias fiduciárias em relação aos 8 (oito) contratos apresentados pela instituição financeira credora, todos com a respectiva planilha

20 STJ - CC: 128194 GO 2013/0147016-0, Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 28/06/2017, S2 - Segunda Seção, Data de Publicação: DJe 01/08/2017.
21 TJ-SP - AI: 22378268120198260000 SP 2237826-81.2019.8.26.0000, Relator: Araldo Telles, Data de Julgamento: 29/04/2020, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/04/2020.

de débitos com valores atualizados até a data do pedido de Recuperação Judicial (21/07/2022),
extraíndo-se ainda o valor das garantias do contido no próprio instrumento pactuado pelas partes,
a saber:

NÚMERO DO CONTRATO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO EM 21/07/2022	VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA
208376525	235.797,28	289.000,00
398460238	231.018,44	270.000,00
95103891	420.443,18	508.000,00
95277737	420.443,18	508.000,00
233564715	189.493,53	230.000,00
233529718	184.209,06	230.000,00
Valor Total	1.681.404,67	2.035.000,00

Isto posto, em sede de análise em conformidade com o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial, esta Administradora Judicial entende pela exclusão da totalidade dos valores, tendo em vista que as garantias abrangem a integralidade do valor remanescente dos contratos bancários.

Outrossim, no que tange aos créditos concursais, tem-se o seguinte cenário.

O credor apresentou 6 (seis) contratos, quais sejam, Cédula de Crédito Bancário – CAIXA RESERVA AVAL operação/contrato nº 11116 - 389700167676, Proposta de Abertura de Conta Corrente – Limite Itaú para saque PJ/AVAL, operação/contrato nº 11173 -389700111039, Proposta de Abertura de Conta Corrente – GIRO PRÉ DEV SOLIDÁRIO, operação/contrato nº 46802 -2045443393, REPASSE DE RECURSO EXTERNO, operação/contrato nº 3112921 -1202131129216, REPASSE DE RECURSO EXTERNO, operação/contrato nº 3141921 -1202131419211, Proposta de Abertura de Conta Corrente – Pessoa Jurídica e Produtos e Serviços, operação/contrato nº 46866 -2023307057 |2023307065 | 2023307073 | 2029384357.

Pois bem, em análise dos referidos instrumentos e dos respectivos anexos, tem-se as seguintes informações:

NÚMERO DO CONTRATO	DATA DE EMISSÃO	VALOR REMANESCENTE DO CONTRATO EM 21/07/2022
389700167676	11/12/2017	10.029,58
389700111039	11/08/2010	130.660,55
2045443393	30/03/2022	89.494,32
1202131129216	30/03/2022	317.497,10
1202131419211	20/10/2021	791.084,66
2023307057	08/03/2022	30.000,00
2023307065	08/03/2022	30.000,00
2023307073	08/03/2022	30.000,00



2029384357	14/03/2022	158.000,00
Valor Total		1.586.766,21

Sendo assim, tem-se que as transações comerciais foram regularmente pactuadas pelas partes e o montante vinculado aos contratos está devidamente atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial (21/07/2022), perfazendo o importe de R\$ 1.586.766,21 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), a ser habilitado na Classe III - Créditos Quirografários.

Desta feita, considerando os contratos comprobatórios e planilhas de valores remanescentes exibidos pelo Credor e os documentos apresentados pelas Recuperandas, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência apresentada pelo Credor, sendo seus créditos parcialmente excluídos da relação de credores em razão de sua extraconcursalidade, e o remanescente de **R\$ 1.586.766,21 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos)**, habilitados na **Classe III - Créditos Quirografários**.

3.11 DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO - PROCÓPIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 196.077,00	R\$ 203.159,55	R\$ 203.159,55

O Credor Procópio Indústria e Comércio LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) apresentou Divergência de Crédito tempestiva, ocasião em que requereu a retificação do valor de sua titularidade para **R\$ 203.159,55 (duzentos e três mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**.

Em síntese, o credor aduz que o valor indicado nos autos está correto, contudo, indica tão somente o importe originário da dívida, sendo que, após correção monetária até a data do pedido de Recuperação Judicial, a quantia realmente devida se demonstra através dos valores pleiteados pelo credor.

Pois bem.

Em análise dos documentos apresentados pela Recuperanda e pelo credor, bem como a respectiva planilha de crédito, tem-se as seguintes informações:

NF/PARCELA	VALOR ORIGINÁRIO	VALOR ATUALIZADO EM 21/07/2022
112798 1/3	21.572,92	22.267,01
112798 2/3	21.572,92	22.267,01
112798 3/3	21.572,91	22.267,00
112792 1/3	21.780,02	22.865,75

112792 2/3	21.780,02	22.480,77
112792 3/3	21.780,00	22.480,76
11791 1/3	22.006,07	23.103,08
11791 2/3	22.006,07	22.714,09
11791 3/3	22.006,06	22.714,08
Valor Total	196.076,99	203.159,55

Ante o exposto, após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial** conclui pela **PROCEDÊNCIA** da Divergência Apresentada, retificando-se o valor habilitado em favor do Credor para o importe de **R\$ 203.159,55 (duzentos e três mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, sendo mantidos na Classe III - Créditos Quirografários.

3.12 ANUÊNCIA DE CRÉDITO - VALGROUP MG INDUSTRIA DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 13.814,45	R\$ 13.814,45	R\$ 13.814,45

O Credor Valgroup MG Industria De Embalagens Flexíveis LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade para **R\$ 13.814,45 (treze mil oitocentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos)**, proveniente das Notas Fiscais nº 246978 e nº 246980.

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente MANTIDO**, no importe de **R\$ 13.814,45 (treze mil oitocentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos)**, na Classe III - Créditos Quirografários.

3.13 ANUÊNCIA - VETQUÍMICA COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA

Valor apresentado pela Recuperanda	Valor pleiteado pelo Credor	Valor habilitado pela AJ
R\$ 168.336,00	R\$ 168.336,00	R\$ 168.336,00

O Credor Vetquímica Comercial Agrícola LTDA apresentou anuência a esta Administradora Judicial, ocasião em que requereu a manutenção do valor de sua titularidade para **R\$ 168.336,00 (cento e sessenta e oito mil trezentos e trinta e seis reais)**, proveniente das Notas Fiscais nº 13605 13644.

Ante o exposto, tendo em vista a anuência exarada pelo Credor após análise minuciosa da



documentação comprobatória, **esta Administradora Judicial informa que o valor será devidamente MANTIDO**, no importe de **R\$ 168.336,00 (cento e sessenta e oito mil trezentos e trinta e seis reais)**, na **Classe III – Créditos Quirografários**.



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

